

ENTRE A PSICOSFERA DA FLORESTA E A PSICOSFERA URBANA: UM MERGULHO ETNOGRÁFICO EM UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA

Flavio Henrique Souza **Lobato**¹

Mirleide Char **Bahia**²

Introdução³

A vida urbana nas grandes e médias cidades brasileiras é comumente caracterizada a partir dos efeitos da urbanização na sociedade e no território (Santos, M., 1993). Dessa forma, em geral, os estudos que tratam da questão urbana elencam problemáticas em relação ao inchaço populacional, aos *déficits* no transporte urbano, ao saneamento básico, à habitação e à saúde, bem como à elevação nos índices de violência, de desemprego e de subemprego, os quais desenham na paisagem do tecido urbano das cidades desigualdades e exclusões (Kowarick, 1983; Maricato, 1996, 2000). Em Belém, especificamente, as segregações, as disparidades e/ou as desigualdades socioespaciais, as quais expressam a cidade na contemporaneidade, não são fenômenos recentes. Ao se realizar um recorte histórico sobre a capital paraense, é possível observar que esse cenário começa a se tornar mais evidente na administração do Intendente Antônio Lemos, entre os anos de 1880 e 1912, momento em que as grandes obras urbanas buscavam higienizar, organizar e adaptar a cidade às exigências do capital (Bahia, 2012; Trindade Júnior, 1998).

Para além dessas questões, no contexto amazônico, há entre os pesquisadores grande preocupação com os desequilíbrios ecológicos entre os rios, as florestas e as populações tradicionais e citadinas (Oliveira, 2000, 2006; Trindade Júnior, 1998). As transformações causadas pela urbanização foram tão substanciais que as relações socioambientais e simbólico-culturais (de pertencimento e de identidade) – gestadas secularmente entre o indivíduo e a natureza – sofreram profundas rupturas, sendo aos poucos dissolvidas pelas lógicas do progresso do espaço técnico-científico informacional, o qual tem usurpado o lugar do espaço natural (Santos, 1993). Em

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA). Brasil. E-mail: flaviohslobato@gmail.com.
ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-9368-2650>

² Universidade Federal do Pará (UFPA). Brasil. E-mail: mirleidebahia@gmail.com.
ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-7168-2019>

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

meio às dissoluções, as lembranças sobre as ambiências de outrora encontram-se em progressivo esquecimento, cedendo lugar a novas formas de interação com meio ambiente.

Como tela exemplar desse cenário está a comunidade periférica Bom Jesus I, situada entre os bairros da Pratinha II e do Tapanã, na cidade de Belém. Conformada, a partir da década de 1980, por deslocamentos de migrantes dos interiores, os quais trasladaram para a cidade, com vistas a obter melhores condições de vida, a comunidade era configurada como uma típica espacialidade ribeirinha, com a presença de igarapés, de muitas árvores e muitos animais, bem como o acesso à mobilidade fluvial pela Baía do Guajará. Certamente, essa “gente do interior” trouxe, em sua “bagagem”, um conjunto de valores, práticas, símbolos e culturalidades ligado aos rios e à floresta, mas que como este trabalho pressupõe, foram ao longo dos anos sendo dissolvidos e esquecidos pelos ideais da vida urbana centrados no capital.

Diante desse cenário, este estudo⁴ teve como objetivo identificar e relatar as mudanças ocorridas em face de fenômenos urbanos e percebidas pelo pesquisador-morador da Comunidade Bom Jesus I, entre 2001 e 2019, ano de sua mudança para a comunidade e último ano delimitado para o estudo, respectivamente.

A orientação teórica para guiar esta investigação foi amparada na obra de Milton Santos (1988, 1993, 1994) e de Trindade Júnior (2010b, 2013). Para Milton Santos (1993), o espaço técnico-científico da sociedade moderna é constituído por duas esferas: a tecnosfera urbana e a psicosfera urbana – pensadas como forma e conteúdo, respectivamente. Em linhas gerais, a tecnosfera é um conjunto de objetos técnicos implantados nas cidades, e a psicosfera se refere às ideias, ao imaginário, à racionalidade urbana etc. Essas esferas são redutíveis, uma em relação à outra, pois, a psicosfera constitui a mente da técnica ou da forma (da tecnosfera), sendo ela quem condiciona comportamentos e possibilita a interação entre tecnologia e valores sociais. À vista disso, a psicosfera antecede não somente a tecnosfera, mas a conformação e a expansão do meio técnico científico. Entrementes, a psicosfera necessita da tecnosfera para que esta última possa carregar e propagar em si os seus ideais urbanos (Santos, 1993).

⁴ Recorte da dissertação de mestrado, em construção, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), pertencente ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Nessa direção, tendo em vista as especificidades que formam a urbanodiversidade das cidades amazônicas (Trindade Júnior, 2013) – criadas às margens dos rios e/ou das estradas, a partir do advento dos projetos desenvolvimentistas –, compreende-se que elas e as suas paisagens atuais são “[...] o resultado das determinações das políticas do Estado, das relações sociais de produção e, mais que isso, como depositária de vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas” (Oliveira, 2006: 28). Destarte, nas cidades da e na floresta, defende-se aqui que coexiste, além da tecnosfera urbana e da psicofera urbana que materializaram os grandes objetos (Trindade Júnior, 2010b), uma psicofera endógena: a psicofera da floresta. Dessa forma, buscou-se trabalhar a manifestação das psicoferas urbana e da floresta na vida cotidiana da população do Mata Fome, enquanto categorias analíticas.

Este trabalho encontra-se estruturado em cinco seções. Esta primeira seção apresenta uma explanação propedêutica do estudo: contexto, objetivos e orientação teórica. Na segunda seção, é narrado o mergulho etnográfico, sendo descrito o “nadar metodológico”. A terceira seção traz uma breve contextualização sobre o processo de urbanização e seus na vida das populações da Amazônia brasileira. A quarta seção, de antemão, realiza uma breve caracterização da área de estudo e, posteriormente, apresenta os resultados e as discussões gerados a partir dos dados e da literatura selecionada para a interpretação e análise dos dados. Finalizando, a quinta seção traz a conclusão do estudo.

Quando o “outro” sou “eu”: um mergulho etnográfico em minha realidade

Os primeiros etnógrafos – os grandes narradores das histórias e das culturas ditas primitivas – até os dias atuais muito têm inspirado e, paralelamente, sido alvos de questionamentos dos jovens pesquisadores. Eles, pois, se deslocavam por muitas milhas para se distanciar de qualquer símbolo familiar e, então, na névoa do desconhecido e das incertezas, tentar, por vezes numa perspectiva colonizadora e etnocêntrica, “[...] ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos [...]” (Geertz, 2008: 20), isto é, interpretar a cultura de um povo. Com as transformações na vida social e nas condições de produção de conhecimento, o antropólogo, ao amanhecer, não mais

levanta de sua rede, tira o pano que cobre a pequena cabana onde está hospedado e se depara com o lugar e a vida do “Outro” (Malinowski, 2012). Na atualidade, ele levanta de sua confortável cama, desliga o ar-condicionado, abre a janela de seu apartamento e está de cara com o seu objeto de estudo: a vida urbana na cidade. Aqui o “Outro” também é o “Eu”. Nesse contexto de “quando o Outro é o Eu”, as etnografias urbanas têm sido alvo de duras críticas entre os pesquisadores guiados pela tradição antropológica anglo-saxônica do estudo do “Outro”.

Nos estudos etnográficos urbanos em que o pesquisador é parte integrante do grupo pesquisado (Ferro; Gonçalves, 2018), segundo os críticos, ele pode facilmente se perder ou ser levado por sentimentos e relações pessoais, o que decerto trará implicações graves para a validade científica do estudo (Cordeiro; Baptista; Costa, 2003). Todavia, diversos autores, como Georg Simmel (2006) e José Guilherme Magnani (2002), assinalam que a cidade moderna, ao mesmo tempo que criou as massas e as interações virtuais, concebeu indivíduos solitários, apáticos e indiferentes. Nesse sentido, por vezes, o indivíduo “[...] cruza diariamente com centenas de pessoas que não conhece. Essas pessoas vivem no mesmo meio, mas não convivem” (Magnani, 2002: 17). Nessa condição *blasé*⁵, o estudioso consegue facilmente deixar de notar questões importantes justamente por sua condição indiferente ou apática. Por outro lado, quando o indivíduo é parte integrante da sociedade, vive e interage ativamente com a cidade, Magnani (2002), para não cometer desvios etnográficos, elenca alguns princípios, quais sejam: manter certa distância na relação entre sujeito e objeto; colocar-se no lugar do “Outro”; dar voz ao “Outro”; vivenciar o tempo-espaço social: realizar observação participante; e fazer o texto etnográfico em coautoria.

Na tentativa de seguir tais princípios, a incursão metodológica para possibilitar a realização desta investigação foi enviesada por uma abordagem qualitativa e de carácter descritivo, a partir de pesquisa bibliográfica. Ademais, foi realizada pesquisa de campo, fazendo uso de diferentes instrumentos de coleta de dados junto aos moradores da Comunidade Bom Jesus I, a saber: conversas

⁵ Para Georg Simmel, “[...] os mesmos fatores que culminaram na precisão e exatidão do modo de vida metropolitano e redundaram em uma estrutura impessoal, também influenciaram no desenvolvimento de um fenômeno psíquico que estaria incondicionalmente atrelado à metrópole: a atitude *blasé*. A atitude *blasé* seria o resultado dos estímulos que são impostos aos indivíduos devido às rápidas mudanças, mas também estaria ligada à intelectualidade metropolitana (Antunes, 2014: 3).

informais; observação participante; diário de campo; e registros fotográficos. Conjuntamente aos procedimentos metodológicos mencionados, esta investigação foi conformada por uma abordagem de inspiração etnográfica.

Não foi objetivo realizar uma etnografia clássica, mas utilizar de seu fazer e de suas técnicas (Peirano, 2014) para compreender questões que outros métodos e/ou outras técnicas não permitiriam desvendar – até mesmo porque, o autor desta proposta encontra-se em um momento de aprendizagem, de exercício do fazer antropológico, não possuindo o amadurecimento pessoal e científico que uma etnografia clássica demanda. Desse modo, foi feito um exercício etnográfico, o que alguns pesquisadores da antropologia intitulam de aproximação e/ou abordagem etnográfica, aqui denominada de mergulho etnográfico. A metáfora do “mergulho” é uma analogia aos banhos que os caboclo-ribeirinhos e alguns cidadãos amazônicos, como Eu, realizam em igarapés, rios e/ou baías para se refrescar ou para desfrutar de práticas de lazer. Portanto, busquei “mergulhar”, “me jogar de cabeça”, “submergir” na complexa dinâmica de minha comunidade, uma periferia na periferia amazônica.

Cumprasse assinalar que “Eu”, enquanto autor deste estudo, durante boa parte de minha vida frequentei diferentes espaços estigmatizados de lazer e de sociabilidade: corri e brinquei pelas “ruas de lama” da comunidade e proximidades, pulei, mergulhei e se diverti em banhos no Igarapé Mata Fome. Assim, o estudo foi efetivado a partir de um olhar literalmente “de perto e de dentro” (Magnani, 1984, 2002), em que, mais do que a visão de um pesquisador, a investigação contou com a vivência de um morador local. Esta condição, embora tenha sido vantajosa em alguns aspectos do fazer científico, em especial do fazer antropológico, trouxe alguns dos desafios – comuns aqueles que se propõem estudar as suas próprias cidades a partir da etnografia –, sendo um dos principais o de “estranhar o familiar” (Velho, 1987).

Diante disso, convém pontuar que os dados obtidos nesta investigação, ou na linguagem antropológica: os “achados”, foram gerados a partir do olhar sistemático, crítico e reflexivo do autor sobre os “imponderáveis da vida real” (Malinowski, 1986, 2012). Nesse sentido, para além das “conversas espontâneas” (entre nativo e nativo, sem viés científico), das “conversas intencionais” (entre nativo e pesquisador, guiadas por viés científico) e das observações participantes mais recentes – registradas em notas no diário de campo –, os dados também surgiram por meio das vivências

rememoradas em minhas lembranças pessoais, ou seja, de uma “etnografia retrospectiva” (Bezerra, 2015).

As descrições são igualmente resultantes das vivências e das memórias de moradores mais antigos, as quais foram narradas em diferentes temporalidades e espacialidades na minha convivência. Assim, a minha “experiência etnográfica” (Clifford, 2002) foi igualmente importante para compreender e realizar uma “descrição densa” (Geertz, 2008) das formas, dos tempos, dos espaços, das relações e das culturalidades conformadas na Comunidade Bom Jesus I.

O processo de urbanização e seus reflexos na vida amazônica

A urbanização brasileira adquiriu grande intensidade na década de 1950, em virtude da industrialização (Kowarick, 1983; Maricato, 2000) e da modernização da sociedade (Santos, M., 1993). Na segunda metade do século XX, o Brasil sofreu uma dinâmica de transição populacional do campo para a cidade, tornando o país um meio predominantemente urbano e metropolitano (Martine; McCranham, 2010). De acordo com Tamdjian e Mendes (2005), a mecanização dos processos de plantio e de colheita e a atração do contingente populacional do campo para a cidade, em busca de melhores condições de trabalho, remuneração, saúde, educação etc., levou ao crescimento do tecido urbano em inúmeras cidades. Tais processos criaram e dinamizaram uma intensa integração entre cidades vizinhas, estabelecendo o fenômeno da conurbação – como exemplos emblemáticos têm-se as cidades que compõem as regiões metropolitanas das megalópoles São Paulo e Rio de Janeiro.

Com efeito, na atualidade, esses fenômenos forjaram cenários com níveis inadmissíveis de “[...] violação da dignidade e da integridade humana [...]” (Lima; Lobato, 2014: 31), pois apresentam ausentes, deficientes e/ou precárias (infra)estruturas e condições basilares e virtuosas para a (sobre)vivência humana, tais como: saúde, lazer, educação e saneamento. Esse cenário, nesse sentido, tem se perfilado cada vez mais em cidades, capitais e regiões metropolitanas do Brasil.

Na Amazônia, com a implantação dos Grandes Projetos de Desenvolvimento, novos e díspares processos socioeconômicos promoveram sobremaneira re-desorganizações nas cidades (Becker, 1990). Das pequenas às grandes, todas as cidades, quase que sem exceção, sentiram os efeitos provocados pela modernidade face à

introjeção da materialidade das urbanidades, seja na paisagem, seja nas relações simbólicas cotidianas. De conformidade com José Ademir de Oliveira (2006: 28), “[...] as informações tornaram-se mais ágeis, pois os lugares foram atingidos por tecnologias que possibilitaram maior circulação de idéias [sic] e o acesso à modernização”. Esse processo concebeu pelo menos duas associações às novas cidades, sejam elas: 1) a associação ao novo, ao moderno e ao desenvolvimento e 2) a associação aos deploráveis índices de qualidade de vida e de epidemias, bem como à destruição e à violência (Oliveira, J., 2006).

Nessa conjuntura, o processo de urbanização na região é visto como sinônimo de “favelização” (Bello; Hüffner, 2012), pois as metrópoles regionais, como Belém e Manaus, apresentam problemáticas urbanas deveras similares e visíveis, sobretudo as relacionadas à qualidade de vida, como as ocupações irregulares e o “acesso” às políticas públicas (Serre, 2001). Para Tamdjian e Mendes (2005), o crescimento das metrópoles tem sido inversamente proporcional às condições de vida digna dos habitantes, e isso deve-se à especulação imobiliária provocada pelo capital, a qual expulsa a população de baixa renda das melhores áreas. Dessa apreensão, compreende-se que o povoamento na Amazônia e o surgimento de novos núcleos populacionais “espontâneos” estão intimamente ligados a estratégicos processos econômicos, políticos e sociais.

Em Belém, especificamente, esse processo foi atenuado pelo projeto urbanístico de Antônio Lemos, o qual remanejou um número considerável de pessoas empobrecidas para as áreas periféricas à cidade, visto que os terrenos em áreas de várzea, mais baixos e sujeitos a alagamentos. Esses terrenos, que mais tarde seriam conhecidos como as baixadas⁶ (Trindade Junior, 1998), tornaram-se uma forma de moradia acessível à população de baixa renda. Acerca disso, Rodrigues *et al.* (2013: 3) assinalam que “A ocupação de tais áreas em Belém foi marcada pela presença do migrante nativo da região, habituado com palafitas e a vida da várzea [...]”. Assim, o ribeirinho ao migrar para a urbe, buscando melhores condições de vida, encontrava nessas áreas – alagáveis e próximas aos rios e aos igarapés – um ambiente familiar ao vivido no mundo rural (Almeida, 2010).

⁶ Segundo Ribeiro e Prost (2003: 181), “Tecnicamente o termo baixada aplica-se aos terrenos com cotas de 04 metros do nível do mar e chegam a compor 40% da área mais valorizada da cidade, a primeira légua patrimonial, próxima ao centro de Belém”. No entanto, historicamente, Trindade Junior (1998) assinala que as “baixadas” são associadas à pobreza urbana.

À vista disso, a reorganização espacial nessas ambiências tem sido realizada de forma indiscriminada, sendo o povoamento realizado comumente em áreas inadequadas e ambientalmente frágeis, como as espacialidades que margeiam rios, furos, córregos e igarapés. Segundo Vanzela, Hernandez e Franco (2010), essas áreas são as que mais atraem a população para uma ocupação espontânea, em face de sua importância ambiental e socioeconômica. Seus recursos, pois, são conferidos como importantes fontes de subsistência e geração de renda para essas populações, o que corrobora para a permanência nesses locais. No entanto, tais ocupações representam um perigo tanto ao ambiente quanto aos habitantes, pois, costumeiramente, o desmatamento da vegetação de suas margens, para a construção de moradias, provoca o assoreamento do rio, a alteração de seu fluxo e constantemente inundações (Tamdjian; Mendes, 2005).

Costa e Ravena-Cañete (2015), contribuem com esta discussão ao pontuar que, nessas áreas, as águas dos rios e igarapés que antes tinham funções sociais e de harmonização da paisagem característica amazônica, passam a ser “grandes valas” ou “canais esgoto”: locais de acúmulo de resíduos sólidos e de despejo de esgoto. Como causa e, também, decorrência disso, as políticas governamentais da Região Metropolitana de Belém (RMB) para esses espaços “[...] têm sido tradicionalmente fundamentadas em projetos de drenagem, incluindo dragagem, retificação e impermeabilização dos canais e rios [...]” (Costa; Ravena-Cañete, 2015: 2). O Igarapé Mata Fome e a área que compreende a Comunidade Bom Jesus I é um categórico exemplo desse cenário.

Com efeito, tais espaços, onde a floresta antes os ocupava, fazem parte de cidades que nasceram e cresceram à beira das estradas, motivadas por inovadoras relações e formas de vida com a instalação de grandes objetos (Trindade Júnior, 2010b) e de suas respectivas dinâmicas ligadas à mineração, ao desmatamento, à pecuária e à soja. Sob outra perspectiva, no espaço das águas, as cidades à beira rio ganham certa dinamicidade e conexões globais a partir dos ideais de sustentabilidade e da biotecnologia, os quais são mais articulados aos interesses e aos conhecimentos mundiais e menos às vivências e aos saberes locais (Oliveira, J., 2006), o que corrobora com as re-des-organizações da paisagem e o desenho de desigualdades socioespaciais.

Desse modo, ainda segundo José Ademir de Oliveira (2006: 28), criaram-se muitos “[...] espaços artificiais, desprovidos de memória que desprezam a história e a cultura específicas, levando à construção de objetos iguais, independentemente dos lugares onde estão localizados”. Em face disso, Trindade Júnior (2010a, 2013) interpreta que em meio a esses processos são quando surgem as “cidades na floresta”, enquanto espacialidades que mantêm fortes articulações e demandas exógenas. Tais lógicas externas visualizam o espaço da floresta tão apenas “[...] como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc.)” (Trindade Júnior, 2010a: 118). A floresta, sua gente e seus valores são, dessa forma, negados e velados pelos preceitos da vida urbana moderna.

No contexto amazônico, as cidades são expressas por especificidades muito características. Trindade Júnior (2010b, 2013, 2015a) assinala que na Amazônia brasileira o espaço é constituído por uma urbanodiversidade, a qual se expressa à vista de um conjunto de processos históricos, de singularidades e de pluralidades ambientais e culturais dos povos e das populações da floresta: os ribeirinhos, os caboclos, os indígenas e os cidadãos da região (Trindade Júnior, 2013, 2015a). A dimensão da urbanodiversidade da vida amazônica é, pode-se dizer, guiada pela relação entre três esferas: a tecnosfera urbana e a psicofera urbana – pensadas como forma e conteúdo, respectivamente – (Santos, M., 1988, 1993), assim como pela esfera aqui denominada de psicofera da floresta.

Emprestando a compreensão de Milton Santos (1988, 1993, 1994), a “tecnosfera urbana” seria a materialidade do conjunto de grandes objetos técnicos (os Projetos de Desenvolvimento), os quais se comunicam e relacionam com objetos de outros espaços. Nesse contexto, a tecnosfera urbana seria a base e, ao mesmo tempo, a materialidade da psicofera urbana, sendo esta entendida como um conjunto de valores, de comportamentos, de relações de origem urbana que conferem sentido às formas-conteúdos espaciais: a racionalidade urbana (Santos, M., 1988). Essas esferas são redutíveis uma em relação à outra, pois, a psicofera constitui a mente da técnica ou da forma (da tecnosfera), sendo ela quem condiciona comportamentos e possibilita a interação entre tecnologia e valores sociais. À vista disso, a psicofera antecede não somente a tecnosfera, mas a conformação e a expansão do meio técnico científico.

Entrementes, a psicosfera necessita da tecnosfera para que esta última possa carregar e propagar em si os ideais urbanos da psicosfera⁷ (Santos, M., 1993).

Por outro lado, tendo em vista as especificidades que formam a urbanodiversidade das cidades amazônicas da e na floresta⁸ (Trindade Júnior, 2013) – criadas às margens dos rios ou das estradas com o advento dos projetos desenvolvimentistas –, compreende-se que elas e as suas paisagens atuais são “[...] o resultado das determinações das políticas do Estado, das relações sociais de produção e, mais que isso, como depositária de vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas” (Oliveira, J., 2006: 28). Destarte, nas cidades da e na floresta, defende-se aqui que coexiste, além da tecnosfera urbana e da psicosfera urbana (Trindade Júnior, 2010a), uma psicosfera endógena, própria dessas cidades: a psicosfera da floresta. Esta é aqui entendida como um conjunto de valores, costumes, comportamentos, simbologias e culturalidades ligados à floresta e aos rios, o qual concede características aos modos de vida típicos das populações amazônicas.

Diante disso, entende-se que nas baixadas, nas invasões, nas comunidades, nas ocupações e nos setores da cidade coexistem diferentes modos de vida, há um sincretismo de culturalidades. Afinal, segundo Silva e Simonian (2016), os povos e as populações tradicionais levaram consigo para o mundo citadino manifestações e práticas culturais do mundo caboclo-ribeirinho, sendo possível “[...] perceber que, para além da paisagem natural, harmônica e romântica, há paisagens socialmente construídas em relações contrastantes e contraditórias” (Silva; Simonian, 2016: 22). Como exemplo de materialização de todo esse debate, segundo Cañete e Ravena-Cañete (2010), está a comunidade periférica Bom Jesus I, dado que inicialmente

⁷ Ainda segundo Milton Santos (1993: 46), em sua obra “A urbanização brasileira”, a psicosfera urbana, embora seja “[...] local pelas pessoas sobre as quais se exerce [...], [é] produto de uma sociedade bem mais ampla que aquele lugar e cuja inspiração e cujas leis têm dimensões ainda mais complexas”.

⁸ “Inspirados na discussão que Milton Santos fez para o Brasil ao distinguir “cidades do campo” das “cidades no campo”. [...] As “cidades da floresta” eram, até a década de 1960, as mais comuns na região. Suas características de pequenas cidades e associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiam a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada. Além disso, tais cidades sempre estabeleceram forte relação com os seus respectivos entornos e com as localidades próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.). Ainda que muitas cidades venham perdendo essas características, consideradas rurais, elas não desapareceram efetivamente, e ainda são marcas fortes de algumas sub-regiões da Amazônia. As “cidades na floresta”, por outro lado, são aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, vista, principalmente, como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc.)” (Trindade Júnior, 2010a: 117-118).

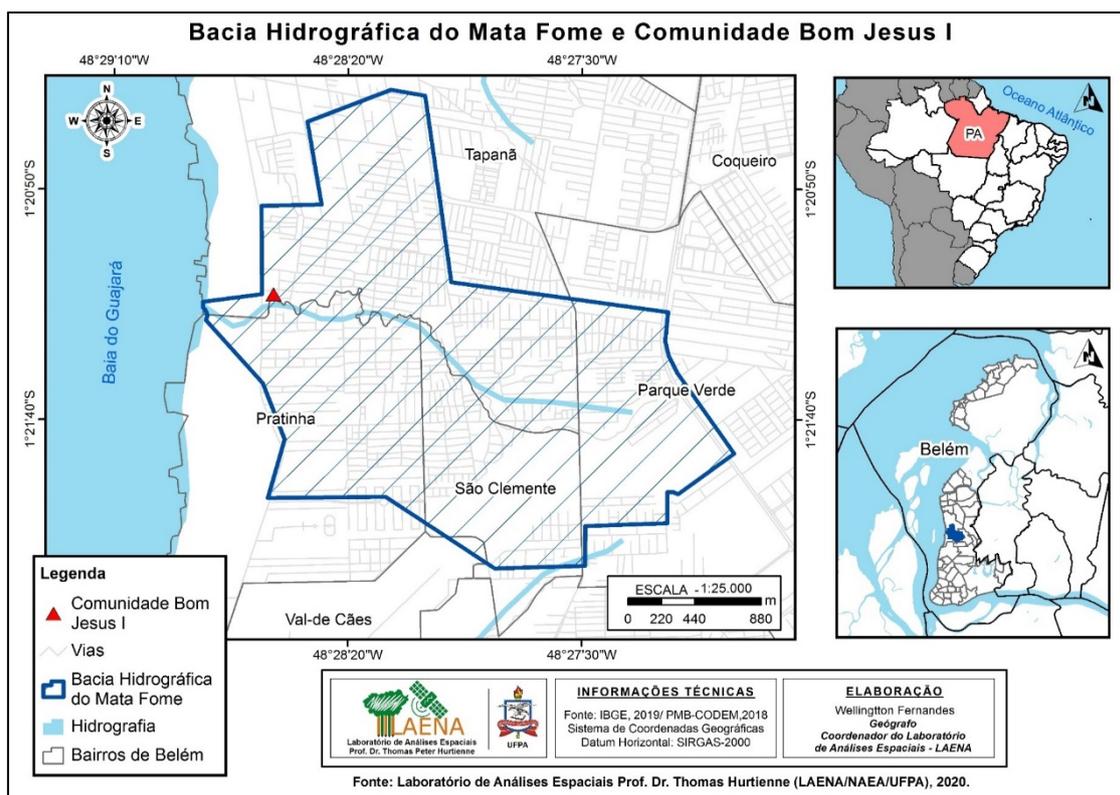
possuía um modo de vida mais sustentável e perfilado como tradicional, mas que, em face de influências externas, foi marginalizada e pauperizada.

O mata fome, da psicofera da floresta à psicofera urbana

Em conformidade com a Lei Municipal nº 7.682/1994⁹ (Belém, 1994), a Bacia Hidrográfica do Mata Fome se localiza no Distrito Administrativo do Benguí (DABEN), em Belém (PA). Com uma área de aproximadamente 8.342.508.01 m², sua nascente situa-se nas proximidades da Rodovia Augusto Montenegro e sua vazante na Baía do Guajará (Silva *et al.*, 2015), conforme o Mapa 1. O igarapé abarca os seguintes bairros: São Clemente; Parque Verde; Pratinha II e; Tapanã, o qual delimita, de forma natural, os dois últimos bairros e atém-se ao norte a Bacia do Cajé, ao Oeste a Baía do Guajará, ao Leste com a Bacia do Maguari e ao Sul com a Bacia do Val-de-Cans (Silva; Luz, 2016).

Mapa 1 – Localização do Igarapé Mata Fome

⁹ A Lei Municipal nº 7.682, de 05 de janeiro de 1994, dispõe sobre a Regionalização Administrativa do Município de Belém, delimitando os respectivos espaços territoriais dos Distritos Administrativos. Como o Distrito Administrativo do Benguí (DABEN), e os demais: Distrito Administrativo do Mosqueiro (DAMOS); Distrito Administrativo do Outeiro (DAOUT); Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO); Distrito Administrativo do Entroncamento (DAENT); Distrito Administrativo de Belém (DABEL) e; Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA).



Fonte: Elaborado por LAENA/NAEA/UFGA (2020).

No Igarapé Mata Fome, com o crescimento horizontal da cidade, se formaram diversas comunidades, entre elas a Comunidade Bom Jesus I. Por seu cenário ser semelhante ao de uma típica ambiência amazônica, com a presença de árvores frutíferas, animais e as águas do igarapé, foi um dos espaços eleitos pelos migrantes da região como local de moradia. As pessoas migraram para a cidade com vistas a obter melhores condições de vida, a comunidade era configurada como uma típica espacialidade ribeirinha. Certamente, essa “gente do interior” trouxe em sua bagagem valores, práticas, símbolos e culturalidades ligadas aos rios e à floresta, mas que, como este trabalho pressupõe, foram ao longo dos anos sendo dissolvidos pelos ideais da vida urbana. Assim, a partir da década de 1980, a comunidade nasceu da ocupação das margens do igarapé por meio da construção de palafitas. Maricato (1996) considera que essas ocupações, desamparadas de serviços públicos urbanos, como água encanada, saneamento básico e coleta de lixo, têm gerado desequilíbrios socioambientais que atentam contra a vida e a dignidade humana.

Espaço de subsistência, diversão e vida: o domínio da psicosfera da floresta

“Era o rio e o resto só mato. Quase não tinha casa aqui”

(Informação verbal).

Frequentemente, é assim que a vida no Mata Fome começa a ser narrada. Segundo os relatos dos moradores mais antigos, a comunidade foi constituída por famílias de baixa renda originárias de diferentes interiores do Estado Pará. Entre os motivos que levaram alguns moradores a migrar para a cidade estaria: a busca por melhores condições de vida e de emprego; o tratamento de algum problema de saúde da família; além da viabilidade econômica de adquirir imóvel próprio, pois o centro da cidade de Belém havia passado por uma espécie de “asepsia social” desde o governo de Antônio Lemos. Ademais, a escolha da área para moradia se deu em decorrência da familiaridade com o cenário característico amazônico, pois, além do igarapé, eram comuns peixes, macacos, “mucuras”, árvores e frutos na localidade.

Com a formação da comunidade, conforme Ravena-Cañete (2006), o igarapé e o ambiente que o circundava ficou popularmente conhecido entre os moradores como Mata Fome, uma vez que ele serviu por muito tempo como a base alimentar dos moradores, como precedentemente discorrido. A vida, portanto, era como a do interior, podia-se caçar, pescar e tomar banho de igarapé. As casas, feitas em tábuas de madeira, eram palafitas construídas sob o rio, em áreas alagadas ou alagáveis. Ficavam distantes umas das outras, sendo envolvidas pela mata e conectadas por pontes de madeira.

A distância em relação às áreas centrais da cidade reforçava mais ainda o status de interior da localidade. Nesse contexto, importa salientar que a população da comunidade, por meio do igarapé e da Baía do Guajará, na qual esse primeiro deságua, estabelecia intercâmbios econômicos e, por consequência, culturais com comunidades das ilhas próximas ou de outros interiores do estado. Comumente, muitas mercadorias, entre elas o açaí, o camarão, os peixes e materiais de construção, como madeira, tijolos e telhas, eram comercializadas na “Boca do Mata Fome” ou enviadas do interior por parentes, como ajuda financeira para os habitantes da cidade.

Grande parte dos cursos d’água que serpenteavam e margeavam a cidade desempenharam diversas funções. Trindade Júnior (2010a: 118) destaca como exemplos dessa funcionalidade “[...] a circulação fluvial, a subsistência material (fonte de recursos alimentares, uso doméstico etc.), a utilização lúdica (uso do rio

para o lazer) e simbólica (a importância do rio no imaginário sociocultural [...]). O Mata Fome, além de ser uma importante fonte de recursos naturais e possibilitar intercâmbios socioeconômicos, possuía a função de espaço das diversas práticas sociais de lazer daquela época. O banho de rio, assim como nos locais de origem daqueles moradores, era a atividade mais comum e esperada. Embora não houvesse uma hora certa, moradores mais antigos contam que sempre após o almoço “[...] era quando o pessoal passava pro rio” – certamente, após o término dos afazeres domésticos, no caso das mulheres, e dos trabalhos em construtoras, no caso dos homens, ademais de ser o melhor horário para se refrescar em face de as altas temperaturas típicas de Belém.

Os banhos aconteciam ao longo de todo o igarapé, mas eram mais comuns de ocorrer na “Boca do Mata Fome”, por ser o local onde o igarapé se conecta com a Baía do Guajará. Logo, tinha-se um ambiente diferente por conta das correntezas e das pequenas embarcações que passavam ou que ficavam ali estacionadas. Entre competições de nado, de ficar por mais tempo embaixo d’água sem respirar, de “cambalhotas” dadas de cima de árvores ou de barcos, de corridas de remo nos pequenos cascos, as crianças e os adolescentes da comunidade, sobretudo, tinham seus momentos de ludicidade em meio à atmosfera amazônica conformada pelo rio e pela floresta. Normalmente, o fim dessas práticas era sempre marcado pelo início da noite ou pelos “torós” da tarde que deixavam as águas do igarapé ou da Baía do Guajará mais agitadas. Em decorrência de uma possível aparição da “Mãe d’água”, era preciso parar o banho em respeito à mãe natureza e em temência de seus castigos.

No espaço da floresta onde a Comunidade Bom Jesus I estava a se formar, as matas se configuravam como espaços para as práticas de lazer. Nas árvores, balanços eram feitos nos troncos, os cipós usados para pular corda, os frutos apanhados às escondidas eram motivo de pura adrenalina entre as crianças: “[...] a gente ia no quintal da vizinha que tinha muito cacau, apanhava e no local onde o fruto tava seguro na árvore, a gente passava terra, pra ela não saber que a gente tinha pegado. Eu lembro que a gente nem comia, sabe. Era mais a emoção da molecagem” (Informação verbal), conta Maria, moradora da comunidade há 39 anos.

Os caroços de algumas frutas eram utilizados em várias brincadeiras lúdicas entre as crianças, sobretudo como petecas (bolas de gude). As crianças daquela época passavam horas do dia nos quintais a inventar, com a ajuda dos elementos da

natureza, maneira de brincar e de se divertir. Quando a noite se aproximava, a contação de lendas, estórias e mitos dava lugar às brincadeiras. O imaginário simbólico da floresta, normalmente transmitido pelos pais e pelos avós vindos do interior, era narrado pelas crianças em diferentes versões: a cobra boiúna, era também a cobra grande; a Matinta Perera às vezes era a Rasga-Mortalha e assim seguia.

“De antigamente, era muito bom. Era tranquilo. Não tinha nada desse ‘negócio’ de violência” (Informação verbal). Tranquilidade e paz, estes dois substantivos, definiam o viver no Mata Fome de outrora. A violência praticamente não existia, pouco se ouvia ou falava em roubos e mortes, as notícias sempre chegavam “lá da cidade” (centro de Belém) – ao passo que algumas famílias chegaram a se mudar para a área do Mata Fome em virtude da violência dos locais de origem. Os vizinhos, mesmo que poucos, mantinham boas relações de convivência e, por vezes, trabalhavam juntos em uma das tantas fábricas que se instalaram ao longo do que hoje é a Rodovia Arthur Bernardes. Assim, as relações de sociabilidade eram tecidas no cotidiano do lar, do trabalho e das demais práticas entre os pais, suas esposas e seus filhos.

No que concerne à saúde, as doenças eram tratadas por meio de remédios caseiros de origem popular. As plantas medicinais, principal fonte desses remédios, eram coletadas comumente nos quintais ou em matas próximas, sendo comum o uso de andiroba e de copaíba. Separadas ou misturadas, na forma de chás ou cremes, ingeridas ou aplicadas sobre a pele, as plantas, manejadas a partir de um etnoconhecimento secular, compreendiam não somente uma importante forma de tratamento de doenças, mas, por vezes, a única. A utilização desses remédios, segundo Thaís Costa (2018), se dava a partir de trocas e de indicações entre as mães e as avós das famílias, uma vez que os cuidados com a casa e os filhos era uma das funções designadas à mulher. A perpetuação do uso das ervas, para além de ser uma alternativa ante as deficientes políticas públicas de saúde, configurava-se como a transposição dos conhecimentos dos povos da floresta para o ambiente periurbano.

Destarte, inspirando-se nas categorias tecnosfera e psicofera urbana de Milton Santos (1988, 1993), pode-se depreender que na espacialidade da Comunidade Bom Jesus I, por sua ambiência típica amazônica, na qual os moradores tinham em sua vida cotidiana práticas e valores sociais, culturais e econômicas atrelados e condicionados à natureza, havia uma forte presença da psicofera da floresta. Tal

psicosfera, diferente daquela que mais tarde viria a tomar quase que por completo o seu lugar – a psicosfera urbana –, podia ser facilmente identificada na forma como os moradores garantiam sua subsistência (a caça, a pesca e a coleta de frutos), vivenciavam suas práticas de lazer no igarapé e nas árvores e cuidavam de suas doenças, com a ingestão ou aplicação de plantas medicinais. Portanto, havia uma “aura” fortemente marcada por valores, princípios, crenças, comportamentos e significados que remetiam às florestas e aos rios. Essa psicosfera da floresta ajuda a compor a urbanodiversidade das cidades da e na floresta (Trindade Júnior, 2010b, 2013, 2015a).

Espaço de fome, tristeza e morte: o domínio da psicosfera urbana

“Veio um, veio dois. Quando eu dei tinha um monte de gente morando aqui. Foi muito rápido” (Informação verbal).

O processo de urbanização em Belém foi intenso e voraz. Repentinamente, pessoas e mais pessoas chegaram, ocuparam as terras e, numa organização comunitária, se instalaram em diversas áreas periféricas ao centro. A busca por emprego com melhores remunerações, a qualidade da educação e de serviços como saúde compreendem os motivos pelos quais os moradores migraram do campo para a cidade (Ravena-Cañete, 2006). Ademais, a vontade de morar na cidade grande, somada ao sonho de ter a casa própria foram cooptados por estratégias políticas de eleitorado, as quais buscavam na justiça a regularização e a posse da terra em troca de votos nas eleições municipais ou estaduais. No entanto, com a chegada dos migrantes e o inchaço urbano, os novos moradores da cidade passaram a viver na pele as dificuldades da vida urbana, principalmente em decorrência do não acompanhamento de políticas públicas urbanas nesses novos espaços de habitação.

Nesse contexto, na Comunidade Bom Jesus I, os recursos naturais que incluíam ou margeavam o Mata Fome sofreram pressões frente à nova demanda populacional, resultando na derrubada da mata ciliar, na construção de inúmeras casas nas proximidades do igarapé e, por fim, na contaminação de suas águas. Atualmente, o Mata Fome “doente” em face às ações antrópicas, passa a ser visto e tido não mais como um espaço de bonança, como outrora, mas como um espaço inóspito (Araújo,

2007). As pessoas, desse modo, buscam por moradias mais distantes do igarapé, a fim de fugir das enchentes decorrentes das chuvas e da subida da maré, que trazem, em meio à água contaminada por dejetos, doenças e outros agentes que atentam contra a saúde.

Assim, as residências (Figura 1) que margeiam o igarapé são de famílias de baixa renda que, justamente pela condição de hipossuficiência financeira, ainda não conseguiram mudar para um lugar com melhor qualidade de vida: longe das doenças que as correntezas do igarapé “carregam”.

Fotografia 1 – Palafitas sobre o Igarapé ata Fome



Fonte: Ravena-Cañete (2006).

Nesse cenário, a insuficiência, a morte ou a dispersão de caça e de pesca logo comprometeram a sobrevivência. Ambientados à abundante disponibilidade de recursos dos interiores, sem uma alternativa, a fome imperou entre os moradores: o lugar de matar a fome, agora passou a ser um lugar de fome.

Restou à população a ocupação de empregos ou subempregos informais no centro da *urbe* e nas empresas que se instalaram às margens da Baía do Guajará. Para garantir a sobrevivência da família, além do homem, a mulher passou a deixar por algumas horas do dia o cuidado do lar e dos filhos para complementar a renda familiar. Segundo os moradores mais antigos, muitas crianças nesse período ficaram ociosas e vulneráveis ao tráfico de drogas e às demais atividades criminosas que se

formaram na comunidade – em consequência das poucas oportunidades de educação e de exercício da cidadania.

No que tange ao lazer na Comunidade Bom Jesus I, identificou-se que a “fome de lazer” é “matada” pelos moradores de formas, em temporalidades e espacialidades distintas, quais sejam: o igarapé; as arenas de futebol; as igrejas; os bares; os terrenos baldios; as ruas e as próprias residências e seus quintais. São nesses espaços que ocorrem as práticas sociais de lazer e, também, as relações sociais e os contatos intencionais ou despretensiosos, despropositados e aleatórios, os quais abrem caminhos para a gênese da vida pública da cidade: do tecido urbano (Jacobs, 2000; Lefèbvre, 1991). Na Comunidade, nota-se que os distintos estágios geracionais ocupam diferentes espaços e vivenciam diferentes práticas de lazer. Com efeito, interpreta-se que as relações estabelecidas por meio das vivências de lazer são diferenciadas, visto que o lazer é uma atividade sociocultural complexa, subjetiva e dinâmica. Desse modo, as crianças têm o espaço da rua, dos terrenos baldios, das residências e do igarapé como espaços de suas práticas sociais de lazer. Os adultos, normalmente, utilizam as residências e os bares e os idosos têm as igrejas e as capelas como espaços de lazer.

No que se refere ao igarapé, muito embora esteja em um estado de degradação ambiental expressivo, o Mata Fome ainda figura enquanto um espaço de lazer para algumas crianças e adolescentes, principalmente quando a maré está cheia (Fotografia 2). Essa atividade, quando praticada, normalmente ocorre na desembocadura desse *corpo d’água*, na ponte localizada na Avenida Arthur Bernardes, visto que há uma maior diluição da contaminação do igarapé nesse trecho por conta de seu contato direto com a Baía do Guajará.

Secularmente, à rua foi atribuída a função basilar de via de circulação de coisas e de pessoas, no entanto, de conformidade com Tanno (2009), ao longo dos anos tornou-se o palco principal de manifestações sociais, políticas e culturais pelos mais diversos segmentos sociais. Não obstante tenha conquistado certa visibilidade por essas funções, ela também tem chamado atenção para as suas possibilidades de usufruto do lazer. Frank e Yamaki (2016) discorrem que muitas ruas e muitos terrenos baldios ganham significado a partir do momento em que se fincam duas traves de madeira ou dois chinelos. Do mesmo modo, na comunidade, é em demasia comum as pessoas atribuírem diferentes significações e funções às ruas. As crianças e

os jovens comumente transformam as ruas em “campinhos de futebol”, de “queimada” ou de brincadeiras que têm o chão como recurso elementar (Fotografia 3). As atividades ocorrem com maior frequência no período da manhã, de outro lado, as crianças preferem o período da noite, quando o movimento de pessoas é menor.

Fotografia 2 – O Igarapé Mata Fome como espaço de lazer.



Fonte: Ravena-Cañete (2006).

Fotografia 3 – Brincadeiras utilizando o chão da rua pelas crianças



pessoal (2019).

Contudo, o espaço da rua na periferia hodiernamente tem sido associado a um ambiente de ociosidade de jovens que se encontram o dia todo nela. Aliada à essa

questão, a negligência de direitos humanos básicos nesses lugares tem expressado níveis inadmissíveis de vulnerabilidade social, de insegurança e de violência, aos quais principalmente jovens e crianças são expostos (Couto, 2014). Desse modo, os pais e as mães mais receosos acabam por limitar as práticas lúdicas nas ruas, tendo as crianças que permanecer dentro de casa, muitas vezes utilizando equipamentos eletrônicos e/ou a imaginação para se pensar brincadeiras em um espaço mais limitado e restrito – processo que entendido aqui como um lazer preso¹⁰.

Diante da narrativa desses dois cenários, compreende-se que o crescimento demográfico sem qualquer planejamento, sobretudo próximo ao Igarapé, contribuiu para o surgimento de problemas ambientais, o aumento da violência, além do deficiente e/ou ausente saneamento, bem como equipamentos e atividades de promoção da arte, da educação, do esporte, da saúde e do lazer, uma vez que essa área encontra-se em pleno “bolsão de miséria” (Rodrigues, R.; Tavares; Miranda, 2016). Assim, a população dessa comunidade teve que, ao longo desses anos, (sobre)viver em meio à inexistência e/ou à deficiência de serviços urbanos e de direitos circunscritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Dessa maneira, as relações sociais, ambientais e simbólico-culturais manifestadas entre a população, a fauna, as matas e as águas do Mata Fome, as quais indicavam a existência de uma psicosfera da floresta, sofreram rupturas, sendo aos poucos dissolvidas pelas lógicas do progresso (Oliveira, J., 2006). Esse quadro, como é sabido, é reflexo de projetos políticos importados para a região desde o período colonial, passando pela gestão de Antônio Lemos, assim como pelos planos de integração nacional e pelos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia (Santos, D., 2010; Silva, M.; Simonian, 2016). Tais projetos de modernização do espaço amazônico são a manifestação material dos valores da psicosfera urbana, a qual não integra à vida cotidiana os valores socioculturais ligados às águas e às florestas, mas tão apenas tem a natureza como fonte de exploração (Oliveira, J., 2006; Trindade Júnior, 2010a).

¹⁰ Entende-se esse processo como práticas que são, em determinados espaço-tempos sociais, marcadas por questões sociais, econômicas, políticas e ambientais que privam, impedem ou obliteram a vivência do lazer e de suas possibilidades virtuosas. A violência nas grandes e médias cidades do país, a exemplo, condiciona e restringe algumas formas de lazer nas ruas, “aprisionando” crianças e adultos no espaço residencial. Este espaço, por sua vez, limita a dinâmica lúdica de certas práticas de lazer, bem como dificulta outros processos de interação, de socialização e de sociabilidade entre indivíduos que compõem a vida cotidiana.

Conclusões

O processo de urbanização desencadeou mudanças substanciais estruturais e funcionais nas dinâmicas espaciais e organizacionais das cidades, notadamente nas grandes e médias aglomerações urbanas. Os efeitos desse fenômeno forjaram novas facetas nas configurações e inter-relações entre homem e natureza, especialmente em ambiências onde ocorreu o processo de ocupação desordenada – derivada de interesses majoritariamente econômicos e políticos com relação às áreas mais centrais das cidades. Na Amazônia brasileira a urbanização é marcada por especificidades, tendo em vista as particularidades naturais e socioculturais da região. As transformações geradas refletiram e têm refletido fortemente no modo de vida das populações (sobre)vivem na e da Amazônia.

Em meio a esse cenário, este estudo buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: quais as mudanças podem ser percebidas em meio a esse processo de urbanização na vida cotidiana do Mata Fome? Norteada por uma abordagem etnográfica retrospectiva, a construção metodológica objetivou a todo momento desviar e em alguns casos superar os desafios apontados pelos críticos dos estudos da antropologia urbana e das etnografias “de quando o outro é o eu”. Nesse sentido, os resultados encontrados primaram pela criticidade e pelo rigor científico, tendo as vivências cotidianas (observação participante), os registros fotográficos, as conversas informais e as memórias do pesquisador e de outros moradores sido as fontes principais de informação desta investigação.

De posse destes princípios teórico-metodológicos, observou-se que na Comunidade Bom Jesus I, conhecida popularmente como Comunidade do Mata Fome, em face de processos gestados pela urbanização, vem ocorrendo transformações profundas na vida social. Enquanto antes a vida era guiada por valores ligados à floresta e ao rio (Igarapé Mata Fome), hoje a vida passa a ser comandada por preceitos do capital. Esta última, na promessa de vida moderna, tem ofertado progresso e “desenvolvimento” tão apenas para alguns. Aos muitos outros demais, como é o caso dos moradores dessa comunidade, resta um espaço de subcidadania: onde, desigualdade, violência, doenças e mortes são o “preço” da vida moderna de poucos. Há, portanto, na comunidade uma transição “sangrenta” entre a psicofera da floresta e a psicofera urbana.

Nos tempos passados, como evidenciado ao longo deste texto, a população da comunidade tinha o igarapé e os demais recursos de seu entorno como a base de sua subsistência, além da função social de espaço natural de lazer. Com o número diminuto de famílias residentes, todos se conheciam e as trocas e os processos de solidariedade eram comuns e até mesmo uma condição para a sobrevivência. Essa atmosfera, trazida nas bagagens dos migrantes, decerto tem ligações com o modo de vida ribeirinho característico da região, onde a natureza (floresta, águas e fauna) guia a dinâmica da vida. Esse contexto anterior fora guiado pelo que se optou por denominar neste trabalho de psicosfera da floresta.

Entrementes, nos tempos mais hodiernos, outra psicosfera tem aos poucos tomado lugar dos valores da floresta: a psicosfera urbana. Para além de negar o modo de vida tradicional e, com efeito, o conhecimento e a cultura local, essa nova atmosfera têm introjetado no espaço preceitos, simbologias, lógicas e objetos físicos (tecnosfera urbana) de ordem global, com vistas ao progresso e à modernização do espaço amazônico. No entanto, a criação desse novo espaço (técnico-científico-informacional) e dessa nova atmosfera, conquanto traga elementos da modernidade, privilegiando tão apenas algumas camadas da sociedade, negligencia e subalterniza a vida das grandes massas. Nessa direção, em espacialidades como a do Mata Fome, resta aos moradores alienação, precarização do trabalho, ausência ou deficiência de serviços públicos básicos e, como consequência, a violação de direitos humanos universais. A psicosfera urbana e a tecnosfera urbana têm concebido, portanto, cenários inaceitáveis de abuso à dignidade e à integridade humana, bem como têm os recursos naturais como uma mera mercadoria, com mero valor de troca.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Conceição M. R. D. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX*. 343 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ANTUNES, Henrique F. O modo de vida urbano: pensando as metrópoles a partir das obras de Georg Simmel e Louis Wirth, *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 15, [s. n.], p. 1-15, 2014.

ARAÚJO, G. M. *A degradação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do igarapé mata fome, Belém-PA: uma consequência do processo de urbanização*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

BAHIA, Mirleide. C. *O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará*. 2012. 301 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2012.

BECKER, B. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

BELÉM. *Lei nº 7.682, de 05 de janeiro de 1994*. Dispõe sobre a Regionalização Administrativa do Município de Belém, delimitando os respectivos espaços territoriais dos Distritos Administrativos e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal de Belém, [1994].

BELLO, Leonardo A. L.; HÜFFNER, João G. P. Análise dos impactos ambientais da expansão urbana na Ilha de Cotijuba, Belém-PA. *Caminhos de Geografia Uberlândia*, Uberlândia, v. 13, n. 44, p. 286–298, 2012.

BEZERRA, Analúcia S. Arquivo e memória oral na produção de uma etnografia retrospectiva. *Antropológicas*, Porto, v. 13, n. 1, p. 67-78, 2015.

CAÑETE, T. M. R.; RAVENA-CAÑETE, V. *Populações tradicionais amazônicas: revisando conceitos*. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 5., 2010, Florianópolis. *Anais [...]*, Florianópolis: ANPPAS, 2010. p. 1-18.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*/ James Clifford; organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 17-62.

CORDEIRO, Graça Í.; BAPTISTA, Luís V.; COSTA, António F. (Orgs). *Etnografias urbanas*. Lisboa: Celta Editora Oeiras, 2003.

COSTA, Thais A. *Uma análise sobre a relação entre a Comunidade Bom Jesus I e a oferta de serviços de saúde: práticas socioculturais no entorno do Igarapé Mata Fome, Belém-Pará*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

COSTA, Thais A.; RAVENA-CANETE, Voyner. Esporte, saúde e meio ambiente: a importância da promoção de saúde em uma comunidade em Belém do Pará. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, 5.; REUNIÃO DE

- ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE, 14., 2015. *Anais [...]* Maceió: EDUFAL, 2015.
- COUTO, Aiala C. D. O. *A geografia do crime na metrópole: das redes ilegais à “territorialização perversa” na periferia de Belém*. Editora UEPA, 2014.
- FERRO, Lígia.; GONÇALVES, Renata S. Etnografias urbanas: explorando as cidades contemporâneas—introdução. *Etnográfica*, Lisboa, v. 22, n. 2, p. 305-310, 2018.
- FRANK, Bruno J. R.; YAMAKI, Humberto. Reflexões e teorias sobre o lazer - um roteiro para a geografia. *Revista Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise*, Curitiba, v. 37, p.91-109, 2016.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Frias. 1. ed. São Paulo: Editora Moraes. 1991.
- LIMA, Alisson B. L.; LOBATO, Flavio H. S. Ações interdisciplinares: possibilitando o direito à saúde na terceira idade da Comunidade Bom Jesus I, Belém (PA). *Prêmio Jovem Extensionista*, v. 12, n. 1, p. 31-35, 2014.
- LOBATO, Flavio H. S. *et al.* Extensão universitária e o turismo social: despertando emoções e promovendo a inclusão social. *Revista Conexão UEPG*, Ponta Grossa, v. 11, n. 3, p. 260-273, 2015.
- MAGNANI, José G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação [Argonautas do Pacífico Ocidental]. In: DURHAM, E. (Org.) *Bronislaw Malinowski*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1986. p. 24-48.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Tradução: Celina Cavalcante Falck. Revisão Técnica: Lygia Sigaud. Editora Record. Rio de Janeiro. São Paulo. 2012. 333 p.

- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.
- MARTINE, George; MAcGRANAHAM, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, R (Org.). *População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Brasília: UNFPA, 2010. p. 11-15.
- OLIVEIRA, José A. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.
- OLIVEIRA, José A. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 27-29, 2006.
- RAVENA-CAÑETE, Voyner. *A descrição do possível: a experiência de intervenção da Unama no Igarapé Mata Fome e o levantamento de dados socioeconômicos*. Belém: UNAMA, 2006.
- RIBEIRO, K. D.; PROST, C. Problemas socioambientais em rios urbanos na cidade de Belém. In: ARAGÓN, L. E. (org.). *Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos*. Belém: Editora NAEA, 2003.
- RODRIGUES, Roberta M. et al. ST4-825 Urbanização das baixadas de Belém-PA: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano. *Anais ENANPUR*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2013.
- RODRIGUES, Roberta M.; TAVARES, Ana C. D. M.; MIRANDA, Thales B. Urbanizar as Baixadas: Experiências de Projetos de Urbanização de assentamentos Precários em áreas de preservação permanente em Belém (PA). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4., Porto Alegre, 2016. *Anais [...]*, Porto Alegre, 2016. p. 1-25.
- SANTOS, Dalva D. C. S. D. *O Lazer no Plano Diretor das Metrópoles Amazônicas: um estudo comparativo entre Belém e Manaus*. 2010. 198f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Universidade da Amazônia, Belém, 2010.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

- SANTOS, Milton. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. *Espaço e Debates*, São Paulo, [s. v.], n. 25, 1988, p. 58-62, 1988.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SERRE, Agnès. A gestão ambiental urbana na Amazônia: um investimento de longo prazo da política pública. In: ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO, 4., 2001. *Anais [...]* Belém, 2001.
- SILVA, Marcio D. M. D; SIMONIAN, Ligia T. L. Natureza e ser humano na Amazônia contemporânea. *Revista Amazonia Investiga*, Florencia, v. 5, n. 9, p. 15-28, 2016.
- SILVA, Marcos J. D. *et al.* Ocupações espontâneas, conjuntos habitacionais e condomínios de status: uso do solo e indicadores de qualidade de vida na Bacia do Mata Fome em Belém-PA. *Revista IHGP*, v. 2, n. 1, p. 61-78, 2015.
- SILVA, M. J. D.; LUZ, Luziane M. Uso do solo e degradação ambiental: estudo de caso da bacia do Mata Fome em Belém, Pará. *Interespaço - Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, Grajaú, v. 2, n. 7, p. 162-178, 2016.
- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradutor Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- TAMDJIAN, James, O.; MENDES, Ivan L. *Geografia geral e do Brasil: estudos para compreensão do espaço*. São Paulo: FTD, 2005.
- TANNO, Janete L. A rua como espaço de socialização e lazer. São Paulo (1920-1945). *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 5, n. 1, p. 64-80, 2009.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. 1998. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C. Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 12, n. 21, p. 305-334, 2015.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C. Das "cidades na floresta" às "cidades da floresta": espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *Papers do NAEA*, Belém, v. 321, p. 1-22, 2013.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 7, n. 12, p. 49-77, 2010. [a]

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 51, p. 113-150, 2010. [b]

VANZELA, Luis S.; HERNANDEZ, Fernando B. T.; FRANCO, Renato A. M. Influência do uso e ocupação do solo nos recursos hídricos do Córrego Três Barras, Marinópolis. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, Campina Grande-PB, v. 14, n. 1, p.55-64, 2010.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (Org.). *A aventura sociológica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Recebido: 31/05/2020

Aprovado: 04/09/2020